

ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO: EPISTEMOLOGIA E ESTADO DO CONHECIMENTO

ANTHROPOLOGY OF EDUCATION: EPISTEMOLOGY AND STATE OF
KNOWLEDGE

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 06/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/777911377](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/777911377)

Adelcio Machado dos Santos¹

Rita Marcia Twardowski²

Audete Alves dos Santos Caetano³

Danielle Martins Leffer⁴

Alisson André Escher⁵

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a Antropologia da Educação a partir de seus fundamentos epistemológicos, de seus percursos teórico-metodológicos e do estado do conhecimento produzido no campo, evidenciando suas principais contribuições para a compreensão crítica dos processos educativos. Parte-se da concepção de que a educação constitui uma prática cultural, simbólica e historicamente situada, não podendo ser reduzida a abordagens normativas, técnicas ou universalizantes. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise de obras clássicas e de produções científicas recentes da área da Antropologia e da Educação. A discussão epistemológica evidencia a centralidade de perspectivas interpretativistas e críticas, que privilegiam a cultura, a alteridade e a experiência vivida como categorias analíticas fundamentais. No plano teórico-metodológico, destaca-se a etnografia como estratégia privilegiada de investigação, possibilitando a compreensão do cotidiano escolar e de outros contextos educativos em sua complexidade sociocultural. O estado do conhecimento revela um campo em expansão, marcado pela predominância de abordagens qualitativas e pela recorrência de temáticas relacionadas à diversidade cultural, à educação indígena, à interculturalidade, às relações étnico-raciais e aos saberes tradicionais. Os resultados indicam, ainda, desafios persistentes, como a necessidade de ampliar os recortes empíricos, incorporar novas problemáticas contemporâneas e fortalecer o diálogo entre produção acadêmica e políticas públicas educacionais. Conclui-se que a Antropologia da Educação oferece aportes teóricos e metodológicos fundamentais para o campo educacional ao ampliar o conceito de educação, valorizar a pluralidade cultural e promover uma leitura crítica das desigualdades sociais e

educacionais, reafirmando sua relevância científica, social e política.

Palavras-chave: antropologia da educação; epistemologia; estado do conhecimento; cultura; educação.

ABSTRACT

This article aims to analyze Anthropology of Education based on its epistemological foundations, its theoretical-methodological pathways, and the state of knowledge produced in the field, highlighting its main contributions to a critical understanding of educational processes. The study is grounded in the conception of education as a cultural, symbolic, and historically situated practice, which cannot be reduced to normative, technical, or universalizing approaches. Methodologically, it is characterized as a qualitative study of bibliographic and documentary nature, based on the analysis of classical works and recent scientific productions in the fields of Anthropology and Education. The epistemological discussion highlights the centrality of interpretivist and critical perspectives that emphasize culture, alterity, and lived experience as fundamental analytical categories. From a theoretical-methodological standpoint, ethnography emerges as a privileged research strategy, enabling an in-depth understanding of everyday school life and other educational contexts in their sociocultural complexity. The state of knowledge reveals an expanding field, marked by the predominance of qualitative approaches and the recurrence of themes related to cultural diversity, Indigenous education, interculturality, ethnic-racial relations, and traditional knowledge. The results also point to persistent challenges, such as the need to broaden empirical research contexts, incorporate contemporary issues, and strengthen the dialogue between academic production and educational public policies. It is concluded that Anthropology of Education provides essential theoretical and

methodological contributions to the educational field by broadening the concept of education, valuing cultural plurality, and promoting a critical analysis of social and educational inequalities, reaffirming its scientific, social, and political relevance.

Keywords: anthropology of education; epistemology; state of knowledge; culture; education.

1. INTRODUÇÃO

A Antropologia da Educação constitui-se como um campo interdisciplinar fundamental para a compreensão dos processos educativos enquanto fenômenos culturais, históricos e sociais. Ao deslocar o foco da educação de uma perspectiva estritamente normativa ou técnico-institucional para uma abordagem interpretativa e contextualizada, a Antropologia contribui para revelar os sentidos, valores, práticas e conflitos que atravessam os espaços educativos. Nesse sentido, a educação deixa de ser compreendida apenas como transmissão formal de conteúdos e passa a ser analisada como prática cultural situada, permeada por relações de poder, identidades, saberes e modos de vida diversos.

No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação da diversidade cultural, pelos fluxos migratórios, pela ampliação do acesso à escolarização e pela emergência de pautas relacionadas às diferenças étnicas, raciais, de gênero e territoriais, a Antropologia da Educação assume papel estratégico na produção de conhecimentos críticos sobre a escola e outros espaços formativos. Tal campo possibilita problematizar concepções universalizantes de ensino e aprendizagem, evidenciando que os processos educativos são construídos a partir de referenciais culturais específicos, muitas vezes em tensão com os modelos hegemônicos de escolarização.

Do ponto de vista epistemológico, a Antropologia da Educação ancora-se majoritariamente em perspectivas interpretativistas e compreensivas, que reconhecem a centralidade do significado e da experiência vivida na análise dos fenômenos sociais. Autores clássicos da Antropologia Cultural, como Clifford Geertz, contribuíram decisivamente para essa virada epistemológica ao enfatizar a cultura como um sistema de símbolos e significados compartilhados, cuja interpretação exige uma descrição densa e contextualizada. Ao ser incorporada ao campo educacional, essa abordagem permite compreender a escola não apenas como instituição formal, mas como espaço cultural no qual diferentes racionalidades, expectativas e práticas sociais se confrontam e se negociam cotidianamente.

Além disso, a Antropologia da Educação dialoga criticamente com tradições sociológicas e pedagógicas, especialmente ao questionar explicações deterministas ou reducionistas dos fenômenos educativos. A partir desse diálogo, torna-se possível analisar como desigualdades sociais, relações de poder e processos de dominação simbólica se manifestam nos contextos escolares, sem perder de vista a agência dos sujeitos envolvidos. Contribuições teóricas como as de Pierre Bourdieu, embora oriundas da Sociologia, são frequentemente mobilizadas em estudos antropológicos da educação para compreender os mecanismos simbólicos que estruturam práticas pedagógicas, currículos e formas de avaliação.

Nesse cenário, o mapeamento da produção científica sobre Antropologia da Educação torna-se uma tarefa relevante e necessária. O chamado “estado do conhecimento” configura-se como uma estratégia metodológica que visa sistematizar, analisar e interpretar o conjunto de pesquisas produzidas em determinado

campo, em um recorte temporal e institucional definido. Diferentemente de uma revisão bibliográfica meramente descritiva, o estado do conhecimento busca identificar tendências temáticas, abordagens teóricas predominantes, escolhas metodológicas recorrentes, bem como lacunas e desafios ainda presentes na produção acadêmica.

A realização de um estado do conhecimento em Antropologia da Educação possibilita compreender como o campo tem se constituído e se transformado ao longo do tempo, quais problemáticas ganham maior visibilidade e quais permanecem marginalizadas. Em particular, no contexto brasileiro, esse tipo de estudo revela a centralidade de temas como educação indígena, interculturalidade, relações étnico-raciais, saberes tradicionais e práticas educativas em contextos não escolares. Tais investigações evidenciam o esforço de pesquisadores em articular educação, cultura e diversidade, contribuindo para a construção de uma perspectiva crítica e socialmente comprometida da educação.

Diante dessas considerações, este artigo tem como objetivo analisar os fundamentos epistemológicos da Antropologia da Educação e apresentar um estado do conhecimento sobre a produção acadêmica na área. Busca-se, assim, compreender de que modo as epistemologias antropológicas têm orientado as pesquisas educacionais, quais metodologias são privilegiadas e quais temáticas se destacam no campo. Parte-se do pressuposto de que a Antropologia da Educação oferece contribuições significativas para o entendimento dos processos educativos contemporâneos, especialmente ao valorizar a alteridade, a pluralidade cultural e a escuta dos sujeitos.

No que concerne os aspectos metodológicos, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada na análise de produções científicas selecionadas a partir de critérios previamente definidos. A organização e interpretação dos dados seguem uma abordagem analítica que articula dimensões epistemológicas, teóricas e temáticas, permitindo uma visão abrangente do campo investigado. Ao final, espera-se que o artigo contribua para o fortalecimento da Antropologia da Educação como área de investigação e para o aprofundamento do debate sobre suas implicações no campo educacional.

2. ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

A Antropologia da Educação configura-se como um campo de interface entre a Antropologia e as Ciências da Educação, voltado à compreensão dos processos educativos enquanto fenômenos culturais, simbólicos e historicamente situados. Seus fundamentos epistemológicos encontram-se ancorados na tradição antropológica que compreende a cultura como elemento estruturante da vida social e, portanto, indissociável das práticas educativas. Diferem-se de abordagens pedagógicas normativas ou tecnicistas, já que a Antropologia da Educação propõe uma leitura interpretativa dos contextos educativos, atentando-se às experiências, aos significados e às relações sociais que permeiam a aprendizagem e a escolarização.

Historicamente, a constituição desse campo está vinculada ao desenvolvimento da Antropologia Social e Cultural, especialmente a partir do final do século XIX e início do século XX, quando os estudos antropológicos passaram a questionar explicações evolucionistas e

etnocêntricas da cultura. Émile Durkheim contribuiu de forma decisiva para o entendimento da educação como fato social, ao concebê-la como mecanismo de socialização responsável pela transmissão de valores, normas e formas de pensamento socialmente legitimadas. Embora Durkheim não seja um antropólogo no sentido estrito, sua obra exerceu influência significativa sobre a Antropologia da Educação, sobretudo ao enfatizar o caráter coletivo e cultural da educação (Durkheim, 1978).

No interior da Antropologia, a consolidação de uma epistemologia interpretativista representou um marco fundamental para os estudos educacionais. Essa perspectiva rompe com a busca de leis universais do comportamento humano e passa a valorizar a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas sociais. Nesse contexto, a contribuição de Clifford Geertz é central, ao definir a cultura como uma “teia de significados” tecida pelos próprios indivíduos, cuja análise exige uma descrição densa e contextualizada (Geertz, 1989). Aplicada à educação, essa abordagem permite compreender a escola como espaço cultural complexo, no qual diferentes sistemas simbólicos se entrecruzam, produzem sentidos e geram conflitos.

A epistemologia da Antropologia da Educação, portanto, fundamenta-se na compreensão da educação como prática cultural situada, que não pode ser analisada de forma dissociada dos contextos sociais, históricos e políticos nos quais se insere. Essa perspectiva é particularmente relevante em sociedades marcadas pela diversidade cultural, como o Brasil, onde a escola se constitui como espaço de encontro — e, muitas vezes, de tensão — entre culturas distintas. Estudos antropológicos evidenciam que práticas pedagógicas, currículos e processos avaliativos carregam valores

culturais específicos, frequentemente alinhados a uma cultura hegemônica, o que pode resultar na marginalização de saberes e identidades subalternizadas (Laraia, 2001; Candau, 2012).

Outro eixo epistemológico fundamental da Antropologia da Educação refere-se ao conceito de alteridade. A noção de alteridade, central na tradição antropológica, implica o reconhecimento do outro como sujeito portador de uma racionalidade própria, que deve ser compreendida em seus próprios termos. Gomes (2017) analisa que no campo educacional, essa concepção desafia modelos pedagógicos homogêneos e universalizantes, ao exigir que a escola reconheça e dialogue com a diversidade de experiências, saberes e modos de vida dos estudantes. Tal abordagem é particularmente fecunda nos estudos sobre educação indígena, educação intercultural e relações étnico-raciais, nos quais a Antropologia da Educação tem produzido contribuições significativas (Luciano, 2019).

Do ponto de vista epistemológico, a Antropologia da Educação também se caracteriza por uma postura crítica em relação às formas de produção do conhecimento. Ao questionar hierarquias entre saberes científicos e saberes tradicionais, esse campo problematiza a hegemonia de epistemologias eurocêntricas e abre espaço para a valorização de conhecimentos produzidos em contextos locais e comunitários. Essa crítica dialoga com perspectivas contemporâneas, como as epistemologias do Sul, que defendem a pluralidade epistemológica e o reconhecimento de diferentes formas de produzir e validar o conhecimento (Santos, 2010).

Nesse sentido, a Antropologia da Educação aproxima-se de abordagens críticas da educação, ao evidenciar que os processos educativos estão imersos em relações de poder. A escola, longe de

ser um espaço neutro, participa da reprodução — mas também da contestação — das desigualdades sociais. As contribuições oriundas da Sociologia da Educação, como as de Pierre Bourdieu, são frequentemente incorporadas às análises antropológicas, sobretudo no que se refere aos conceitos de habitus, capital cultural e violência simbólica (Bourdieu; Passeron, 1992). Esses conceitos permitem compreender como determinadas formas de conhecimento e comportamento são legitimadas no espaço escolar, enquanto outras são desvalorizadas.

Metodologicamente, os fundamentos epistemológicos da Antropologia da Educação sustentam a centralidade de abordagens qualitativas, em especial da etnografia. Candau (2012) compreende que a etnografia educacional se constitui como estratégia privilegiada para a apreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às práticas educativas, possibilitando a análise do cotidiano escolar em sua complexidade. Ao inserir-se de forma prolongada nos contextos investigados, o pesquisador antropólogo busca compreender as dinâmicas internas da escola, as interações entre professores e alunos, bem como os sentidos que estes atribuem à experiência escolar (Rockwell, 2009). Tal método reforça o compromisso epistemológico da Antropologia da Educação com a compreensão contextualizada e situada dos fenômenos educativos.

Oliveira e Gusmão (2020) indicam que a Antropologia da Educação tem ampliado seu escopo analítico, incorporando temáticas como gênero, juventudes, migrações, tecnologias digitais e educação em contextos não escolares. Essas pesquisas mantêm como eixo epistemológico comum a valorização da experiência vivida e a crítica a modelos explicativos simplificadores. Ao mesmo tempo, observa-se um esforço crescente de articulação entre Antropologia da

Educação e políticas públicas, especialmente no que se refere à construção de propostas educacionais mais inclusivas e culturalmente sensíveis.

3. PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NA ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Os percursos teórico-metodológicos da Antropologia da Educação são resultado direto de sua base epistemológica interpretativista e crítica, que compreende os processos educativos como fenômenos culturais complexos, historicamente situados e atravessados por relações de poder. Luciano (2019) compreende que essas abordagens quantitativas ou normativas predominantes em certos campos da Educação se diferem da Antropologia da Educação, que privilegia métodos qualitativos, compreensivos e reflexivos, capazes de apreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas educativas. Assim, teoria e método constituem dimensões indissociáveis, orientadas pela centralidade da cultura, da experiência vivida e da alteridade.

Do ponto de vista teórico, a Antropologia da Educação herda da Antropologia Social e Cultural um conjunto de conceitos fundamentais, como cultura, socialização, simbolismo, ritual, identidade e alteridade. Esses conceitos permitem compreender a educação para além da escola, reconhecendo-a como processo social amplo, presente em múltiplos contextos formativos. A noção de cultura, conforme formulada por Geertz (1989), é particularmente relevante, pois fundamenta a análise dos processos educativos como sistemas simbólicos nos quais valores, crenças e significados são produzidos, compartilhados e disputados. A educação, nessa

perspectiva, é entendida como prática cultural que articula tradição e mudança, reprodução e transformação social.

No campo educacional, essa abordagem teórica possibilita questionar modelos universalizantes de ensino e aprendizagem, evidenciando que práticas pedagógicas, currículos e avaliações são socialmente construídos. Estudos antropológicos demonstram que tais dispositivos refletem concepções culturais específicas, frequentemente alinhadas aos valores das classes dominantes, o que contribui para a produção de desigualdades educacionais (Bourdieu; Passeron, 1992). Assim, a Antropologia da Educação incorpora também aportes críticos da Sociologia da Educação, sem perder sua especificidade metodológica centrada na observação direta e na interpretação contextualizada.

A etnografia ocupa lugar central nos percursos investigativos da Antropologia da Educação. Trata-se de um método que pressupõe a imersão prolongada do pesquisador no campo, a observação participante, o registro sistemático das interações sociais e a produção de descrições densas dos contextos investigados. No âmbito educacional, a etnografia possibilita analisar o cotidiano escolar em sua complexidade, revelando práticas, discursos e relações que frequentemente escapam a abordagens mais estruturadas ou instrumentais (Rockwell, 2009). A escola, nesse sentido, é compreendida como espaço cultural dinâmico, no qual diferentes racionalidades se confrontam e se negociam.

Ezpeleta e Rockwell (1986) compreendem que a etnografia educacional não se limita à observação das salas de aula, mas estende-se aos espaços informais da escola, às relações entre professores, alunos, gestores e famílias, bem como às interações

com o entorno comunitário. Esse alargamento do olhar metodológico permite compreender como a experiência escolar é construída a partir de múltiplas dimensões sociais e culturais. Além disso, a etnografia contribui para dar voz aos sujeitos historicamente silenciados nos discursos educacionais, valorizando suas narrativas, percepções e estratégias de resistência.

Outro aspecto metodológico relevante na Antropologia da Educação refere-se ao uso de entrevistas em profundidade, histórias de vida e narrativas autobiográficas. Walsh (2013) argumenta que esses instrumentos são utilizados como estratégias complementares à observação participante, permitindo acessar as trajetórias educacionais dos sujeitos e os sentidos que atribuem às suas experiências formativas. Peirano (1995) afirma que as narrativas revelam como processos educativos são vivenciados de maneira desigual, atravessados por marcadores sociais como classe, raça, etnia, gênero e território. Nesse sentido, a metodologia antropológica contribui para uma compreensão mais humanizada e contextualizada da educação, em oposição a análises abstratas ou despersonalizadas.

Os percursos teórico-metodológicos da Antropologia da Educação também se caracterizam por uma postura reflexiva do pesquisador em relação ao campo e ao processo de produção do conhecimento. A reflexividade implica o reconhecimento de que o pesquisador não é um observador neutro, mas um sujeito situado, cujas concepções teóricas, valores e experiências influenciam a investigação. Tal postura é fundamental para evitar leituras etnocêntricas e para construir análises mais éticas e comprometidas com os contextos estudados (Peirano, 1995). No campo educacional, essa reflexividade

é ainda mais relevante, uma vez que muitos pesquisadores possuem vínculos profissionais ou institucionais com a escola.

Nos últimos anos, observa-se uma ampliação dos percursos metodológicos da Antropologia da Educação, com a incorporação de abordagens multi-situadas e interdisciplinares. A etnografia multi-situada, por exemplo, tem sido utilizada para analisar processos educativos que transcendem os limites da escola, como políticas públicas, programas educacionais e redes de formação docente. Essa abordagem permite compreender a circulação de discursos, práticas e saberes em diferentes escalas, articulando o local e o global (Marcus, 1995). No contexto da educação, tal perspectiva é especialmente fecunda para analisar reformas educacionais e processos de padronização curricular.

Além disso, estudos recentes têm explorado metodologias colaborativas e participativas, nas quais os sujeitos da pesquisa são reconhecidos como coautores do conhecimento produzido. Essa orientação metodológica dialoga com perspectivas críticas e decoloniais, que questionam hierarquias epistemológicas e defendem a valorização de saberes locais e tradicionais. No campo da Antropologia da Educação, tais abordagens têm sido amplamente utilizadas em pesquisas sobre educação indígena, quilombola e intercultural, contribuindo para a construção de práticas investigativas mais éticas e politicamente comprometidas (Luciano, 2019; Walsh, 2013).

Do ponto de vista teórico, os percursos contemporâneos da Antropologia da Educação também incorporam contribuições das epistemologias decoloniais e pós-coloniais, que problematizam a centralidade do pensamento eurocêntrico na produção do

conhecimento educacional. Santos (2010) analisa que essas perspectivas evidenciam que os sistemas educacionais modernos foram historicamente utilizados como instrumentos de colonização cultural, impondo línguas, valores e formas de conhecimento em detrimento de saberes locais. Ao incorporar esse debate, a Antropologia da Educação amplia seu horizonte teórico-metodológico, reafirmando seu compromisso com a diversidade epistemológica e cultural.

Nesse contexto, Oliveira e Gusmão (2020) reiteram que a pesquisa antropológica em educação assume também um caráter político, ao questionar modelos educacionais excludentes e ao contribuir para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades socioculturais dos sujeitos. A análise etnográfica de programas educacionais, por exemplo, permite identificar distanciamentos entre o discurso oficial das políticas e sua implementação nos contextos locais, evidenciando estratégias de adaptação, resistência e resignificação por parte dos atores envolvidos.

4. ESTADO DO CONHECIMENTO EM ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Oliveira e Gusmão (2020) entendem que o estado do conhecimento em Antropologia da Educação constitui-se como um procedimento analítico fundamental para compreender a configuração, a evolução e as tendências da produção científica no campo. O estado do conhecimento tem como objetivo sistematizar, classificar e interpretar um conjunto delimitado de produções acadêmicas, identificando recorrências temáticas, abordagens teóricas, escolhas metodológicas, lacunas e desafios persistentes (Ferreira, 2016). No âmbito da Antropologia da Educação, esse tipo de estudo revela não

apenas o amadurecimento do campo, mas também suas disputas epistemológicas e seus compromissos políticos e sociais.

No plano metodológico, o estado do conhecimento caracteriza-se como pesquisa de natureza qualitativa e documental, orientada por critérios explícitos de seleção, análise e categorização das produções (Ferreira, 2016). Em geral, são considerados artigos científicos, dissertações e teses disponíveis em bases de dados reconhecidas, como periódicos da área de Educação e Ciências Sociais, repositórios institucionais e bancos de teses. A delimitação temporal e temática permite observar continuidades e rupturas na produção acadêmica, bem como o surgimento de novas problemáticas e abordagens interpretativas. No caso da Antropologia da Educação, tais estudos têm evidenciado a consolidação de um campo marcado pela interdisciplinaridade e pela centralidade da cultura como categoria analítica (Ferreira, 2016; Oliveira; Gusmão, 2020).

A análise do estado do conhecimento revela que a Antropologia da Educação, especialmente no contexto brasileiro, tem se desenvolvido de forma articulada às demandas sociais e políticas relacionadas à diversidade cultural e às desigualdades educacionais. A partir da década de 1990, observa-se um crescimento significativo de pesquisas que problematizam a escola como espaço cultural heterogêneo, atravessado por conflitos simbólicos e disputas de sentidos. Esse movimento coincide com a ampliação do acesso à escolarização e com o fortalecimento de políticas públicas voltadas à inclusão de grupos historicamente marginalizados, o que impulsionou investigações sobre educação indígena, educação quilombola, relações étnico-raciais e interculturalidade (Candau, 2012; Gomes, 2017).

Do ponto de vista teórico, o estado do conhecimento indica a predominância de abordagens interpretativistas e críticas, fortemente influenciadas pela Antropologia Cultural e pela Sociologia da Educação. Geertz (1989) fundamenta as análises que compreendem a educação como prática simbólica e culturalmente situada. Paralelamente, conceitos oriundos da obra de Pierre Bourdieu, como capital cultural, habitus e violência simbólica, aparecem com frequência em estudos que buscam explicar a persistência das desigualdades educacionais e os mecanismos de reprodução social presentes no espaço escolar (Bourdieu; Passeron, 1992).

No que se refere às escolhas metodológicas, o estado do conhecimento evidencia a centralidade da etnografia como principal estratégia investigativa na Antropologia da Educação. A etnografia educacional tem sido amplamente utilizada para analisar o cotidiano escolar, as interações entre professores e alunos, as práticas pedagógicas e os processos de significação construídos no interior da escola. Estudos baseados em Rockwell (2009) demonstram que a etnografia permite captar dimensões da experiência escolar que não são acessíveis por meio de instrumentos padronizados, revelando a complexidade e a heterogeneidade das práticas educativas. Além disso, observa-se o uso recorrente de entrevistas em profundidade, narrativas e histórias de vida como estratégias complementares à observação participante.

De acordo com Brandão (2007) a produção analisada no estado do conhecimento também aponta para a ampliação dos contextos investigados pela Antropologia da Educação. Embora a escola permaneça como espaço privilegiado de análise, cresce o número de estudos voltados a contextos educativos não escolares, como

comunidades indígenas, movimentos sociais, organizações comunitárias e espaços de educação informal. Essa ampliação do campo empírico reflete uma compreensão alargada da educação como processo social contínuo, que extrapola os limites da instituição escolar e se manifesta em diferentes práticas culturais de transmissão de saberes.

Entre as tendências temáticas mais recorrentes identificadas no estado do conhecimento, destacam-se as pesquisas sobre educação indígena e interculturalidade. Esses estudos problematizam a imposição de modelos escolares homogêneos e defendem a valorização de línguas, saberes e formas próprias de organização social dos povos indígenas. A Antropologia da Educação tem contribuído de forma significativa para esse debate ao evidenciar as tensões entre políticas educacionais oficiais e as realidades culturais locais, bem como as estratégias de resistência e ressignificação adotadas pelas comunidades (Luciano, 2019). Tais investigações reforçam o compromisso ético e político do campo com a defesa da diversidade cultural e dos direitos educacionais.

Outra temática recorrente diz respeito às relações étnico-raciais e à educação antirracista. O estado do conhecimento indica que a Antropologia da Educação tem desempenhado papel relevante na análise crítica das práticas escolares que reproduzem estereótipos raciais e desigualdades simbólicas. Pesquisas nessa linha articulam contribuições da Antropologia, da Sociologia e dos Estudos Culturais para compreender como o racismo se manifesta no cotidiano escolar e como pode ser enfrentado por meio de práticas pedagógicas culturalmente sensíveis (Gomes, 2017). A promulgação de legislações que instituem o ensino de história e cultura afro-

brasileira e indígena impulsionou significativamente esse tipo de produção acadêmica.

Estudos recentes incluídos no estado do conhecimento também evidenciam a incorporação de perspectivas decoloniais na Antropologia da Educação. Essas abordagens questionam a centralidade do pensamento eurocêntrico na produção do conhecimento educacional e defendem a pluralidade epistemológica como princípio orientador da pesquisa. A partir dessa perspectiva, Walsh (2013) observa que a educação é analisada como espaço de disputa entre diferentes regimes de saber, nos quais conhecimentos tradicionais e locais frequentemente são deslegitimados em favor de epistemologias hegemônicas (Santos, 2010; Walsh, 2013). A Antropologia da Educação, ao dialogar com esse debate, amplia suas bases teóricas e fortalece seu compromisso com a justiça cognitiva.

Apesar dos avanços identificados, o estado do conhecimento também revela lacunas e desafios persistentes no campo. Observa-se, por exemplo, uma concentração significativa de estudos em determinados contextos regionais e institucionais, o que limita a compreensão da diversidade educacional em escala nacional. Além disso, ainda são incipientes as pesquisas que articulam Antropologia da Educação e tecnologias digitais, bem como aquelas que investigam processos educativos em contextos urbanos marcados por intensas transformações socioculturais. Conforme observam Oliveira e Gusmão (2020), tais lacunas indicam a necessidade de ampliação dos recortes empíricos e do diálogo interdisciplinar.

Embora muitos estudos antropológicos em educação apresentem análises críticas e diagnósticos consistentes, nem sempre suas

contribuições são incorporadas de forma efetiva nos processos de tomada de decisão. O estado do conhecimento aponta para a importância de fortalecer o diálogo entre pesquisadores, gestores e profissionais da educação, de modo a ampliar o impacto social das pesquisas desenvolvidas no campo (Oliveira; Gusmão, 2020).

5. CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO PARA O CAMPO EDUCACIONAL

As contribuições da Antropologia da Educação para o campo educacional são amplas e consistentes, especialmente no que se refere à compreensão crítica dos processos educativos enquanto práticas culturais, simbólicas e historicamente situadas, deslocam o olhar da educação de uma perspectiva normativa e universalizante para uma abordagem interpretativa e contextualizada, no sentido de que a Antropologia da Educação amplia os horizontes analíticos da área, oferecendo instrumentos teóricos e metodológicos capazes de problematizar as dinâmicas escolares, as políticas educacionais e as práticas pedagógicas em sua complexidade social.

Uma das principais contribuições desse campo reside na concepção da educação como fenômeno cultural. A Antropologia da Educação evidencia que ensinar e aprender não são processos neutros ou universais, mas práticas socialmente construídas, permeadas por valores, crenças, símbolos e relações de poder. Essa compreensão rompe com modelos pedagógicos que tratam o conhecimento escolar como homogêneo e descontextualizado, permitindo reconhecer que currículos, métodos de ensino e formas de avaliação refletem concepções culturais específicas. Tal perspectiva é fortemente influenciada pela abordagem interpretativista da cultura, formulada por Geertz (1989), segundo a qual a análise dos

fenômenos sociais deve buscar os significados atribuídos pelos próprios sujeitos às suas práticas.

No que tange o âmbito educacional, essa contribuição possibilita compreender a escola como espaço cultural plural, no qual diferentes sistemas simbólicos se encontram, se confrontam e se negociam cotidianamente. A partir das obras que debatem o tema, a Antropologia da Educação demonstra que o cotidiano escolar é marcado por práticas formais e informais, rituais, linguagens e códigos que expressam visões de mundo distintas, tornando visíveis essas dimensões, o campo contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais sensíveis às realidades socioculturais dos estudantes, favorecendo processos educativos mais inclusivos e significativos.

A noção de alteridade, constitutiva da tradição antropológica, implica o reconhecimento do outro como sujeito de saber, portador de racionalidades próprias que devem ser compreendidas em seus próprios termos. Candau (2012) reflete que essa concepção desafia práticas pedagógicas homogeneizadoras e reforça a necessidade de uma educação que reconheça e dialogue com a diversidade étnica, racial, linguística e cultural presente nas sociedades contemporâneas. Os estudos antropológicos evidenciam que o não reconhecimento dessa diversidade tende a produzir exclusões simbólicas e fracasso escolar, especialmente entre grupos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, a Antropologia da Educação tem contribuído de forma significativa para o debate sobre educação intercultural, educação indígena e relações étnico-raciais. Luciano (2019) analisa criticamente a imposição de modelos escolares baseados em

epistemologias eurocêntricas, observando que a Antropologia da Educação evidencia as tensões entre políticas educacionais oficiais e os saberes locais. Algumas pesquisas nessa área demonstram que práticas educativas culturalmente sensíveis não apenas respeitam a diversidade, mas potencializam os processos de aprendizagem ao valorizar as experiências e os conhecimentos dos estudantes (Luciano, 2019). Essa contribuição possui impacto direto na formulação de políticas públicas e na formação de professores, ao fornecer subsídios teóricos para a construção de propostas educacionais mais inclusivas.

A Antropologia da Educação também oferece contribuições relevantes para a compreensão crítica das desigualdades educacionais. Ao articular cultura e poder, o campo evidencia que a escola participa tanto da reprodução quanto da contestação das desigualdades sociais. A incorporação de conceitos oriundos da Sociologia da Educação, especialmente nas obras de Bourdieu, permite analisar como o capital cultural, o habitus e a violência simbólica operam no espaço escolar, legitimando determinados saberes e desvalorizando outros (Bourdieu; Passeron, 1992). A Antropologia da Educação aprofunda essa análise ao observar empiricamente como esses mecanismos se manifestam no cotidiano escolar, por meio de práticas pedagógicas, interações e expectativas docentes.

Outra contribuição expressiva do campo está relacionada ao uso da etnografia como ferramenta de análise educacional. Brandão (2007) discute sobre uma etnografia educacional que possibilita compreender os processos educativos a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, revelando sentidos, estratégias e formas de resistência que não são captadas por abordagens quantitativas ou

avaliações padronizadas. Nesse modo, inserir-se de maneira prolongada nos contextos escolares, o pesquisador antropológico consegue apreender as dinâmicas internas da escola, os conflitos simbólicos e as negociações cotidianas que estruturam a experiência educativa (Rockwell, 2009). Essa contribuição metodológica tem impactado significativamente a pesquisa educacional, ampliando a compreensão sobre o funcionamento real das instituições escolares.

Além disso, a Antropologia da Educação contribui para a ampliação do conceito de educação, ao reconhecer a existência de processos educativos para além da escola. Os estudos antropológicos evidenciam que a transmissão de saberes ocorre em múltiplos contextos sociais, como famílias, comunidades, movimentos sociais e grupos culturais (Candau, 2012; Oliveira; Gusmão, 2020). Essa perspectiva amplia o campo educacional ao valorizar práticas educativas não escolares e saberes tradicionais, questionando a centralidade exclusiva da escola como espaço legítimo de aprendizagem (Brandão, 2007). Tal contribuição é particularmente relevante em contextos nos quais a escolarização formal convive com formas tradicionais de educação, como no caso de comunidades indígenas e quilombolas.

No âmbito da formação docente, a Antropologia da Educação oferece subsídios importantes para a construção de uma postura pedagógica reflexiva e crítica, de modo que ela compreende a docência como prática cultural, contribuindo para que professores reconheçam seus próprios referenciais culturais e compreendam como estes influenciam suas práticas pedagógicas. Do ponto de vista de Candau (2012), essa reflexão é fundamental para evitar abordagens etnocêntricas e para promover uma educação

comprometida com o respeito à diversidade, indicando que a incorporação de perspectivas antropológicas na formação docente favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais dialógicas e contextualizadas.

A Antropologia da Educação também dialoga com perspectivas críticas da pedagogia, especialmente aquelas que defendem uma educação emancipatória. Embora partam de tradições teóricas distintas, há convergências importantes entre a abordagem antropológica e a pedagogia crítica, sobretudo no que se refere à valorização da experiência dos sujeitos e à crítica às relações de dominação presentes nos processos educativos. Nesse diálogo, destacam-se as contribuições de Paulo Freire, cuja obra enfatiza a educação como prática de liberdade e como processo dialógico de construção do conhecimento (Freire, 1996). A Antropologia da Educação reforça essa perspectiva ao evidenciar empiricamente como os sujeitos reinterpretem e ressignificam os conteúdos escolares a partir de suas experiências culturais.

Por fim, a Antropologia da Educação contribui para o fortalecimento do compromisso ético e político da pesquisa educacional. Oliveira e Gusmão (2020) argumentam sobre a necessidade de valorizar a escuta dos sujeitos, a reflexividade do pesquisador e a crítica às hierarquias epistemológicas, de modo que a Antropologia da Educação promove uma produção de conhecimento mais sensível às desigualdades sociais e culturais. Essa postura é relevante em contextos marcados por profundas assimetrias sociais, nos quais a educação desempenha papel central na promoção — ou negação — de direitos, articulando uma análise crítica e compromisso social e reafirmando a sua relevância para o campo educacional contemporâneo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a Antropologia da Educação a partir de seus fundamentos epistemológicos, de seus percursos teórico-metodológicos e do mapeamento do estado do conhecimento, evidenciando suas contribuições para o campo educacional. Ao longo do texto, buscou-se demonstrar que a Antropologia da Educação se consolida como um campo interdisciplinar estratégico, capaz de oferecer interpretações críticas e contextualizadas dos processos educativos, compreendidos como práticas culturais, simbólicas e historicamente situadas.

A análise dos fundamentos epistemológicos evidenciou que a Antropologia da Educação se ancora, predominantemente, em perspectivas interpretativistas e críticas, que rejeitam explicações universalizantes e naturalizadas da educação. Ao compreender a cultura como categoria central de análise, o campo desloca o foco da educação de uma dimensão meramente técnica ou normativa para uma abordagem que privilegia os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências educativas. Tal perspectiva permite compreender a escola e outros espaços formativos como arenas de produção, disputa e negociação de sentidos, atravessadas por relações de poder e por múltiplas racionalidades culturais.

No que se refere aos percursos teórico-metodológicos, destacou-se a centralidade da etnografia como estratégia privilegiada de investigação na Antropologia da Educação. A etnografia educacional possibilita uma compreensão aprofundada do cotidiano escolar e dos processos educativos em contextos diversos, revelando práticas, discursos e interações que frequentemente permanecem invisíveis em abordagens quantitativas ou normativas. Além disso, o uso de

entrevistas, narrativas e histórias de vida amplia a compreensão das trajetórias educacionais, permitindo captar como os sujeitos vivenciam, interpretam e ressignificam suas experiências formativas.

O estado do conhecimento em Antropologia da Educação evidenciou um campo em expansão, marcado pela pluralidade teórica e pelo compromisso com a análise crítica das desigualdades educacionais. As pesquisas analisadas indicam a predominância de abordagens qualitativas, interpretativistas e etnográficas, bem como a recorrência de temáticas relacionadas à diversidade cultural, à educação indígena, à interculturalidade, às relações étnico-raciais e aos saberes tradicionais. Esse conjunto de estudos apresenta, sobretudo, o esforço da Antropologia da Educação em dialogar com demandas sociais contemporâneas e em contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva e culturalmente sensível.

Ao mesmo tempo, o estado do conhecimento permitiu identificar lacunas e desafios persistentes no campo. Observa-se a necessidade de ampliar os recortes empíricos, especialmente no que se refere a contextos urbanos complexos, às transformações provocadas pelas tecnologias digitais e às novas formas de sociabilidade juvenil. Também se evidencia a importância de fortalecer o diálogo entre a produção acadêmica e as políticas públicas educacionais, de modo a ampliar o impacto social das pesquisas desenvolvidas no âmbito da Antropologia da Educação.

As contribuições da Antropologia da Educação para o campo educacional mostraram-se significativas e multifacetadas. Entre elas, destacam-se a ampliação do conceito de educação para além da escola, a valorização da diversidade cultural, a crítica aos

mecanismos de reprodução das desigualdades e o fortalecimento de práticas pedagógicas mais reflexivas e contextualizadas. Ao evidenciar que os processos educativos são atravessados por dimensões culturais, simbólicas e políticas, a Antropologia da Educação contribui para desconstruir visões homogêneas e naturalizadas da educação, promovendo uma compreensão mais complexa e democrática do fenômeno educativo.

No âmbito da formação docente, os aportes da Antropologia da Educação revelam-se particularmente relevantes. Ao incentivar a reflexão sobre os referenciais culturais que orientam as práticas pedagógicas, o campo contribui para a construção de uma docência mais crítica, sensível à diversidade e comprometida com o respeito às diferenças. Essa contribuição é fundamental em contextos educacionais marcados por profundas desigualdades sociais e culturais, nos quais a escola desempenha papel central na promoção — ou na negação — de direitos.

Por fim, este estudo reafirma que a Antropologia da Educação não se limita a um campo acadêmico especializado, mas se configura como uma perspectiva analítica capaz de dialogar com diferentes áreas do conhecimento e de contribuir para a transformação das práticas educacionais. Nesse sentido, espera-se que este artigo contribua para o aprofundamento do debate teórico e para o incentivo a novas pesquisas que ampliem e renovem o campo da Antropologia da Educação, reafirmando sua relevância no cenário educacional contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: mediações necessárias.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** São Paulo: Melhoramentos, 1978.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante.** São Paulo: Cortez, 1986.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257–272, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LUCIANO, Gersem Baniwa. **Educação indígena no Brasil: avanços, limites e desafios.** Brasília: MEC, 2019.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 24, p. 95–117, 1995.

OLIVEIRA, Amurabi; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e educação no Brasil: tendências contemporâneas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, e250040, 2020.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ROCKWELL, Elsie. **La experiencia etnográfica: historia y cultura en los procesos educativos.** Buenos Aires: Paidós, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** São Paulo: Cortez, 2010.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educación intercultural.** Quito: Abya-Yala, 2013.

¹ Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, pesquisado e orientador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Endereço: Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro – Caçador/SC/Brasil. CEP 89500-199. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestre do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Endereço: Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro – Caçador/SC/Brasil. CEP 89500-199. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Mestre do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Endereço: Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro – Caçador/SC/Brasil. CEP 89500-199. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Mestre do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Endereço: Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro – Caçador/SC/Brasil. CEP 89500-199. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Mestre do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Endereço: Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro – Caçador/SC/Brasil. CEP 89500-199. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)